

LEI COMPLEMENTAR N.º 124 - DE 7 DE ABRIL DE 2016.

**CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL
DOS SERVIDORES DA
ADMINISTRAO MUNICIPAL, NA
FORMA QUE ESPECIFICA.**

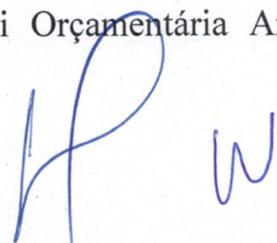
SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º. Fica concedida revisão anual de 9,05, %, a ser integrado no vencimento mensal dos servidores públicos municipais, a partir de 1.º de maio do ano em curso, como correção proveniente de perdas relativas ao período de abril de 2015 a fevereiro de 2016, correspondente ao INPC - ndice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 2.º. As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotaes proprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas se necessário nos termos do  1.º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e não sendo considerado no limite legal autorizado pelo art. 4.º da Lei Orçamentária Anual n.º 783 de 15 de dezembro 2015.

Art. 3.º. Para os efeitos do que dispoe o artigo 165, I, II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder às alterações no respectivo projeto e nos anexos da Lei n.º 741 de 27 de novembro de 2013 que aprovou o PPA, a Lei n.º 782 de 15 de dezembro de 2015 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2016 e a Lei n.º 783 de 15 de dezembro de 2015, que estabeleceu a Lei Orçamentária Anual relativamente ao exercício de 2016.





GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 4º. Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicaes, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas  edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de Contas – Projeto Audesp.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

SAMIR REDONDO SOUTO
Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

WELITON FERNANDO VERONEZI
Secretário Municipal de Administração e Finanças